

# Diário do Legislativo de 12/10/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

### LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PC do B)

### LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder:

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

### LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PHS)

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

### COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente  
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente  
Valadares

Deputado Dinis BPSB  
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB  
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo  
B

Deputado Antônio Genaro PSC

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB  
Barbosa

Deputado Paulo BPSB  
César

Deputada Maria BPSB  
Olívia

Deputado Miguel PHS  
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL  
Passos

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras –9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente  
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente  
Rezende B

Deputada Ana BPSB  
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSB

Helvécio

Deputado J3sus PT/PCdo  
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jos3 PMDB  
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB  
Carvalho

Deputado Djalma BPSP  
Diniz

Deputado Sebastião BPSP  
Costa

Deputada Cec3lia PT/PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordin3rias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente  
Gilberto Abramo

Deputado BPSP  
Sebastião Costa

Deputado BPSP  
Ermano Batista

Deputado PT/PCdo  
Adelmo Carneiro B  
Leão

Deputado PP  
George Hilton

Deputado PFL  
Gustavo Corr3a

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ant3nio J3lio PMDB

Deputado Marlos BPSP  
Fernandes

Deputado Leon3dio PSC  
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB

Lara

Deputado Roberto BPSP  
Ramos

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputada Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdo B  
Rocha

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputada Lúcia BPSP  
Pacífico

Deputado André PT/PC do B  
Quintão

Deputado José PMDB  
Henrique

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente  
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente  
Pacífico

Deputado João BPSP  
Leite

Deputado Jéssus PT/PCdo B  
Lima

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio PSC  
Bouças

Deputado Carlos BPSP  
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP  
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente  
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputado Zé BPSP  
Maia

Deputado Paulo BPSP  
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio PSC  
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Ermano BPSP  
Batista

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente  
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente  
Maria Resende

Deputado Leonídio Bouças PSC

Deputado Rocha Biel PT/PCdo B

Deputado Paulo PPS  
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Corrêa Gustavo PFL

Deputado Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputado Martini Miguel PHS

Deputado Prado Weliton PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio BPSP Presidente

Deputado Lessa Jayro Vice-Presidente

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Ermanno Batista BPSP

Deputada Costa Elisa PT/PCdo B

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Kangussu Márcio BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPSP

Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPS

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PPS

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente  
Laudelino B  
Augusto

Deputado Doutor BPS Vice-Presidente  
Ronaldo

Deputado João BPS  
Leite

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS  
Piau

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Alencar da BPS  
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPS  
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente  
Tereza Lara B

Deputado José BPS Vice-Presidente  
Milton

Deputado Miguel PHS  
Martini

Deputado André PT/PCdo  
Quintão B

Deputado Sávio PMDB  
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB  
Augusto

Deputado Fahim BPSB  
Sawan

Deputado João Leite BPSB

Deputado Jesus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente  
João B

Deputado Marlos BPSB Vice-Presidente  
Fernandes

Deputado Gil PP  
Pereira

Deputado Luiz BPSB  
Humberto  
Carneiro

Deputado Doutor PFL  
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB  
Lara

Deputado Olinto Godinho BPSB

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSB  
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BPSB Presidente  
Kangussu

Deputado Djalma BPSB Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Ricardo PT/PCdo  
Duarte B

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

Deputada Vanessa BPSB  
Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSB

Deputado Doutor BPSB  
Ronaldo

Deputado Durval Ângelo PT/PCdoB

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Domingos BPSB  
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adelmo PT/PCdo Presidente  
Carneiro Leão B

Deputado Carlos BPSB Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BPSB  
Sawan

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Doutor BPSB  
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB  
Rezende

Deputado Sebastião BPSB  
Helvécio

Deputado Arlen BPSB  
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Jayro Lessa

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente  
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente  
Leonardo Moreira

Deputado BPSP  
Sargento Rodrigues

Deputado Weliton PT/PCdoB  
Prado

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB  
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar BPSP Presidente  
da Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdoB Vice-Presidente  
Costa

Deputado Irani BPSP  
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdoB  
Moraes

Deputado PFL  
Gustavo

Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB  
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP  
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB  
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio PL Presidente  
Passos

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado Olinto BPSP  
Godinho

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Dimas PP  
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Márcio BPSP  
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB  
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PFL Presidente  
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente  
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo  
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP  
Olívia

Deputado Paulo BPSP  
César

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP  
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB  
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP  
Lucas

Deputado Doutor PFL  
Viana

#### OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

#### SUMÁRIO

##### 1 - ATAS

##### 1.1 - Reunião de Comissões

##### 2 - MATÉRIA VOTADA

##### 2.1 - Plenário

##### 3 - ORDENS DO DIA

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissões

##### 4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 4.1 - Comissão

##### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/10/2005

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e

comunica o recebimento de correspondência do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais - Sindiextra -, publicada no "Diário do Legislativo" de 1º/10/2005. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.070/2005 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Paulo Piau). Os Projetos de Lei nºs 1.408 e 1.951/2004 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.390/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Ronaldo, em que pleiteia seja enviado ofício ao Presidente da República solicitando o adiamento do início das obras de transposição do Rio São Francisco, em atenção às manifestações contrárias ao projeto, especialmente à do Bispo Dom Luíz Flávio Cappio; João Leite (4), em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Aimorés com o objetivo de apurar se foram cumpridas todas as exigências e procedimentos para a construção de usina hidrelétrica nesse Município; em que pleiteia sejam enviados ofícios ao IEF, à Feam e ao Comandante do Parque Aeronáutico de Lagoa Santa solicitando informações sobre possível desmatamento que estaria ocorrendo naquele parque; Laudelino Augusto, em que pleiteia seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Meio Ambiente solicitando prorrogação do prazo estabelecido pela Feam, por meio da Deliberação Normativa nº 81/2005, para que os Municípios cumpram o que dispõem as diretrizes do artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/2001, do Copam, registrando-se voto contrário do Deputado João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Célio Moreira - Doutor Ronaldo.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/10/2005

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Vanessa Lucas e Maria Olívia e o Deputado Alberto Pinto Coelho (substituindo o Deputado Pinduca Ferreira, por indicação da Liderança do PP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Vanessa Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.460 e 2.463/2005 (Deputado Alberto Pinto Coelho) e 2.542/2005 (Deputada Maria Olívia). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.460 e 2.463/2005 (relator: Deputado Alberto Pinto Coelho); e 2.542/2005 (relatora: Deputada Maria Olívia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2005.

Vanessa Lucas, Presidente - Maria Olívia - Marlos Fernandes.

## MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 3ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, EM 11/10/2005

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 2.325/2005, do Deputado Weliton Prado, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projeto de Lei nº 1.867/2004, do Governador do Estado, com a Emenda nº 1.

Em redação final: Projetos de Lei nºs 1.005/2003, do Tribunal de Contas, e 1.656/2004, do Governador do Estado; e Projeto de Resolução nº 2.606/2005, da Mesa da Assembléia.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 78ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 13/10/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.564/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina localizados nas áreas urbanas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose pelo SUS no Estado de Minas Gerais e pelo IPSEMG. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.095/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pirajuba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, de que trata a Lei nº 13.194, de 29/1/99, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.312/2005, do Deputado Antônio Andrade, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequiheiro e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.459/2005, do Governador do Estado, que altera o parágrafo único do art. 1º e revoga o art. 2º da Lei nº 13.696, de 1º/9/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Peçanha. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 13/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 19/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: com a presença de convidados, obter esclarecimentos sobre os fatos ocorridos no Parque Estadual do Rio Preto, localizado no Município de São Gonçalo do Rio Preto, envolvendo famílias de posseiros de Felício dos Santos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/10/2005, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater em audiência pública, com a presença de convidados, possíveis irregularidades no processo de desapropriação da área denominada "Várzea do Moinho", no Bairro General Carneiro, de Sabará, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.005/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.005/2003, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre o Quadro de Cargos dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.

Esta Comissão acrescentou, no Quadro A do Anexo I da Lei nº 13.770, de 2000, alterado pelo projeto, uma menção à Lei nº 12.974, de 1998, com o objetivo de esclarecer a forma de obtenção do número de cargos ali fixado.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 1005/2005

Dispõe sobre o Quadro de Cargos dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam criados, na Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, vinte e um cargos de Técnico do Tribunal de Contas, especialidade Técnico de Controle Externo I, código TC-NS-02; cinco cargos de Técnico do Tribunal de Contas, especialidade Técnico de Controle Externo III, código TC-NS-04; dezesseis cargos de Técnico do Tribunal de Contas, especialidade Inspetor de Controle Externo, código TC-NS-01; dois cargos de Técnico do Tribunal de Contas, especialidade Engenheiro-Perito, código TC-NS-11; dois cargos de Técnico do Tribunal de Contas, especialidade Atuário, código TC-NS-12; oito cargos de Oficial do Tribunal de Contas, especialidade Auxiliar de Controle Externo, código TC-SG-07; dois cargos de provimento em comissão, de recrutamento restrito a servidores efetivos do Tribunal, de Diretor Adjunto, código TC-DAS-03, e dois cargos de provimento em comissão, de recrutamento restrito a servidores efetivos do Tribunal, de Coordenador de Área, código TC-CS-01.

Art. 2º - Os Quadros A e B do Anexo I e os Anexos II, III e V da Lei nº 13.770, de 6 de dezembro de 2000, passam a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Art. 3º - O item I - Quadro Específico de Provimento em Comissão - do Anexo I da Lei nº 12.974, de 28 de julho de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 4º - Os §§ 2º e 4º do art. 6º da Lei nº 13.770, de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - (...)

§ 2º - Promoção horizontal é a obtenção de dois padrões de vencimento pelo servidor, a cada interstício de setecentos e trinta dias de efetivo exercício na classe em que o mesmo estiver posicionado, mediante avaliação de eficiência no desempenho das atribuições de seu cargo.

(...)

§ 4º - Na promoção vertical, serão observados os seguintes posicionamentos:

I - a partir do TC-24, da classe E para a D; do TC-37, da classe D para a C; e do TC-45, da classe C para a B, para os cargos de Agente do Tribunal de Contas;

II - a partir do TC-38, da classe D para a C, e do TC-51, da classe C para a B, para os cargos de Oficial do Tribunal de Contas;

III - a partir do TC-52, da classe C para a B, para os cargos de Técnico do Tribunal de Contas."

Art. 5º - Fica assegurada aos servidores efetivos posicionados nas classes iniciais de suas respectivas carreiras, nos termos da redação original dos Anexos II e III da Lei nº 13.770, de 2000, a elevação de cinco padrões, respeitado o padrão final estabelecido em cada uma dessas classes.

Parágrafo único - Sem prejuízo da aplicação do disposto no "caput" deste artigo, ao servidor que tenha ingressado em cargo efetivo no Tribunal de Contas a partir de 27 de janeiro de 1995, será concedido o acréscimo de mais sete padrões no seu posicionamento na carreira, respeitado o padrão final estabelecido para cada uma das classes iniciais.

Art. 6º - Ao servidor efetivo posicionado em classe diferente da classe inicial de sua carreira, excetuando-se os servidores posicionados na classe A, é assegurada a elevação de um padrão no seu posicionamento na carreira, respeitado o padrão final estabelecido para cada uma das classes em que se encontrar o servidor.

Art. 7º - O servidor que já tiver obtido promoção vertical e que, em razão da alteração dos padrões previstos nos Anexos II e III da Lei 13.770, de 2000, com a redação dada por esta lei, ficar posicionado em padrão incompatível com a sua classe, permanecerá ocupando vaga na última classe na qual ingressou mediante processo classificatório.

Parágrafo único – O servidor que se enquadrar na situação prevista no "caput" deste artigo terá assegurado o posicionamento no padrão inicial da última classe na qual ingressou mediante processo classificatório, após atingir o posicionamento correspondente estabelecido no § 4º do art. 6º da Lei nº 13.770, de 2000, com a redação dada por esta lei, respeitada a mesma data do posicionamento dos servidores classificados no primeiro processo de promoção vertical subsequente à publicação desta lei.

Art. 8º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das classificações orçamentárias 10.21.01.032.597.4.121.0001.3190.10.1; 10.21.01.122.001.2.009.0001. 3190.10.1; 10.21.01.122.593.2.010.0001. 3190.10.1 e 10.21.01.272.002. 7006. 0001.3190.10.5

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2005.

Doutor Ronaldo, Presidente - Lúcia Pacífico, relatora - Gil Pereira.

ANEXO I

(a que se refere o art. 2º da Lei nº , de de de 2005)

ANEXO I

Quadro A

( a que se refere o "caput" do art. 1º da Lei nº 13.770, de 6 de dezembro de 2000)

Quadro de Cargos de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas				
Código	Cargo	Especialidade	Código	Nº de Cargos* / Especialidade
TC-PG	Agente do Tribunal de Contas	Agente de Transporte e Vigilância	TC-PG-01	4
TC-SG	Oficial do Tribunal de Contas	Assistente Técnico de Controle Externo	TC-SG-01	10
		Assistente de Controle Externo III	TC-SG-02	17
		Assistente de Serviço Médico-Odontológico	TC-SG-03	2
		Assistente Técnico-Redator	TC-SG-04	102
		Assistente de Controle Externo II	TC-SG-06	5
		Auxiliar de Controle Externo	TC-SG-07	257
		Agente de Telefonia	TC-SG-08	2
TC-NS	Técnico do Tribunal de Contas	Inspetor de Controle Externo	TC-NS-01	275
		Técnico de Controle Externo I	TC-NS-02	221
		Técnico de Controle Externo II	TC-NS-03	122
		Técnico de Controle Externo III	TC-NS-04	55
		Técnico de Controle Externo IV	TC-NS-05	61
		Redator de Acórdão e Correspondência	TC-NS-06	8

		Taquígrafo-Redator	TC-NS-07	28
		Técnico de Documentação	TC-NS-08	10
		Médico	TC-NS-09	5
		Engenheiro-Perito	TC-NS-11	30
		Atuário	TC-NS-12	2

\* Número calculado com a observância do disposto no art. 13 da Lei nº 12.974, de 28 de julho de 1998.

#### Quadro B

(a que se refere o § 1º art. 1º da Lei nº 13.770, de 6 de dezembro de 2000)

Quadro Suplementar dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas				
Código	Cargo	Especialidade	Código	Nº de Cargos/ Especialidade
TC-PG	Agente do Tribunal de Contas	Auxiliar Técnico de 1º Grau	TC-PG-05	3
TC-SG	Oficial do Tribunal de Contas	Auxiliar Técnico de 2º Grau	TC-SG-09	53
TC-NS	Técnico do Tribunal de Contas	Técnico Superior	TC-NS-10	60

#### ANEXO II

(a que se refere o "caput" do art. 1º da Lei nº 13.770, de 6 de dezembro de 2000)

Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais				
Quadro Específico de Provimento Efetivo				
Código	Nº de Cargos	Denominação	Classe	Padrão
TC-PG	4	Agente do Tribunal de Contas	E	TC-01 a TC-31
			D	TC-32 a TC-42
			C	TC-43 a TC-48
			B	TC-49 a TC-51
			A	TC-34 a TC-87
TC-SG	395	Oficial do Tribunal de Contas	D	TC-28 a TC-46
			C	TC-47 a TC-55

			B	TC-56 a TC-61
			A	TC-34 a TC-87
TC-NS	817	Técnico do Tribunal de Contas	C	TC-42 a TC-58
			B	TC-59 a TC-71
			A	TC-34 a TC-87

ANEXO III

(a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 13.770, de 06 de dezembro de 2000)

Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais				
Quadro Suplementar				
Código	Nº de Cargos	Denominação	Classe	Padrão
TC-PG	3	Agente do Tribunal de Contas	E	TC-01 a TC-31
			D	TC-32 a TC-42
			C	TC-43 a TC-48
			B	TC-49 a TC-51
			A	TC-34 a TC-87
TC-SG	53	Oficial do Tribunal de Contas	D	TC-28 a TC-46
			C	TC-47 a TC-55
			B	TC-56 a TC-61
			A	TC-34 a TC-87
TC-NS	60	Técnico do Tribunal de Contas	C	TC-42 a TC-58
			B	TC-59 a TC-71
			A	TC-34 a TC-87

(...)

ANEXO V

(a que se refere o art. 9º da Lei nº 13.770, de 06 de dezembro de 2000)

Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimento

Padrão	Índice
TC-01	1,0000

TC-02	1,0326
TC-03	1,0662
TC-04	1,1009
TC-05	1,1367
TC-06	1,1737
TC-07	1,2120
TC-08	1,2514
TC-09	1,2922
TC-10	1,3342
TC-11	1,3777
TC-12	1,4226
TC-13	1,4688
TC-14	1,5166
TC-15	1,5660
TC-16	1,6160
TC-17	1,6697
TC-18	1,7240
TC-19	1,7801
TC-20	1,8381
TC-21	1,8979
TC-22	1,9597
TC-23	2,0235
TC-24	2,0894
TC-25	2,1574
TC-26	2,2277
TC-27	2,3002
TC-28	2,3751

TC-29	2,4524
TC-30	2,5323
TC-31	2,6147
TC-32	2,6998
TC-33	2,7877
TC-34	2,8785
TC-35	2,9722
TC-36	3,0690
TC-37	3,1689
TC-38	3,2721
TC-39	3,3786
TC-40	3,4886
TC-41	3,6022
TC-42	3,7195
TC-43	3,8405
TC-44	3,9656
TC-45	4,0947
TC-46	4,2280
TC-47	4,3657
TC-48	4,5078
TC-49	4,6546
TC-50	4,8061
TC-51	4,9626
TC-52	5,1241
TC-53	5,2910
TC-54	5,4632
TC-55	5,6411

TC-56	5,8247
TC-57	6,0144
TC-58	6,2102
TC-59	6,4124
TC-60	6,6211
TC-61	6,8367
TC-62	7,0593
TC-63	7,2891
TC-64	7,5264
TC-65	7,7715
TC-66	8,0245
TC-67	8,2858
TC-68	8,5555
TC-69	8,8341
TC-70	9,1217
TC-71	9,4186
TC-72	9,7253
TC-73	10,0419
TC-74	10,3689
TC-75	10,7064
TC-76	11,0550
TC-77	11,4149
TC-78	11,7866
TC-79	12,1703
TC-80	12,6521
TC-81	13,1530
TC-82	13,6738

TC-83	14,2151
TC-84	14,7779
TC-85	15,3630
TC-86	15,9712
TC-87	16,6036
TC-01 = 488,07"	

ANEXO II

(a que se refere o art. da Lei nº , de de de 2005)

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 12.974, de 28 de junho de 1998)

I – Quadro Específico de Provimento em Comissão			
Código	Denominação	Nº de Cargos	Padrão
1 – Grupo de Direção e Assessoramento			
TC-DAS-01	Diretor-Geral	1	TC-87
TC-DAS-02	Diretor III	7	TC-87
TC-DAS-03	Diretor Adjunto	9	TC-77
TC-DAS-04	Diretor-Tesoureiro	1	TC-77
TC-DAS-05	Assessor IV	7	TC-87
TC-DAS-06	Assessor do Presidente	1	TC-87
TC-DAS-07	Assessor de Manutenção	1	TC-71
TC-DAS-08	Assessor de Comunicação Social	1	TC-71
TC-DAS-09	Diretor de Informática	1	TC-87
TC-DAS-10	Diretor da Escola de Contas	1	TC-87
TC-DAS-11	Diretor Adjunto de Informática	3	TC-77
2 – Grupo de Chefia Superior			
TC-CS-01	Coordenador de Área	39	TC-71
TC-CS-02	Coordenador de Segurança	1	TC-71

3 - Grupo de Chefia Intermediária			
TC-CH-01	Supervisor V	2	TC-56
4 - Grupo de Execução			
TC-EX-01	Chefe de Gabinete do Presidente	1	TC-87
TC-EX-02	Chefe de Gabinete de Conselheiro	7	TC-87
TC-EX-03	Assistente Administrativo de Gabinete	30	TC-56
TC-EX-04	Analista de Registros Funcionais	5	TC-56
TC-EX-05	Secretário da Revista do TCMG	1	TC-56

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.656/2004

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.656/2004, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – a doar imóvel de sua propriedade localizado no Município de Januária, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.656/2004

Autoriza a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – a doar ao Estado imóvel de sua propriedade localizado no Município de Januária.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica a Fundação Rural Mineira – Ruralminas – autorizada a doar ao Estado imóvel de sua propriedade, com área de 1.200m<sup>2</sup> (mil e duzentos metros quadrados), e respectivas benfeitorias, localizado na Rua Mestre Manoel Leite, nº 50, Bairro Cerâmica, no Município de Januária, registrado sob o nº 7.017, a fls. 190 do Livro 2-AL, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Januária.

Parágrafo único – O imóvel de que trata o "caput" fica afetado à Polícia Civil do Estado e será usado para a implantação de posto médico-legal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio da Ruralminas se, findo o prazo de cinco anos contado da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2005.

Doutor Ronaldo, Presidente e relator - Lúcia Pacífico - Gil Pereira.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.730/2004

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.730/2004, de autoria do Deputado Paulo Piau, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente – Abrampa –, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.730/2004

Declara de utilidade pública a Associação do Ministério Público de Meio Ambiente, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação do Ministério Público de Meio Ambiente, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.521/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.521/2005, de autoria do Deputado Zé Maia, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Vale do Paraopeba – Asmap –, com sede no Município de Brumadinho, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.521/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Vale do Paraopeba – Asmap –, com sede no Município de Brumadinho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Vale do Paraopeba – Asmap –, com sede no Município de Brumadinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Doutor Ronaldo.

Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução Nº 2.606/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 2.606/2005, de autoria da Mesa da Assembléia, que cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor – Procon Assembléia – e dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado nos turnos regimentais, com a Emenda nº 1 de 2º turno.

Para adequar o texto a que se refere o art. 6º do projeto, que altera o Anexo da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, à terminologia da Constituição do Estado – § 2º do art. 62 –, esta Comissão substituiu a expressão "assistência jurídica" pela expressão "consultoria jurídica".

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE Resolução Nº 2.606/2005

Cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor – Procon Assembléia –, altera a Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica criado, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor – Procon Assembléia –, nos termos dos arts. 4º, II, "a", 5º, I, e 6º, VII, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 2º – O Procon Assembléia tem por objetivo a proteção, a defesa e a orientação do consumidor, a divulgação de seus direitos e a promoção da educação para o consumo no Estado, de acordo com a legislação referente às relações de consumo.

Art. 3º – O Procon Assembléia integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC –, a que se referem o art. 105 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, e o Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, bem como o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC –, a que se refere o art. 23 da Lei Complementar nº 61, de 12 de julho de 2001.

Art. 4º – Compete ao Procon Assembléia:

I – dar atendimento e orientação permanente ao consumidor sobre seus direitos e garantias;

II – receber e avaliar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

III – processar administrativamente, nos termos de regulamento, as reclamações e denúncias consideradas procedentes;

IV – informar e conscientizar o consumidor, motivando-o para o exercício de seus direitos, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

V – fiscalizar as relações de consumo e aplicar as sanções e penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078, de 1990, e em outras normas relativas à defesa do consumidor, observado o disposto no inciso XIII deste artigo;

VI – funcionar, no processo administrativo, como instância de conciliação, no âmbito de sua competência, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 1990, e da legislação complementar;

VII – expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamação apresentada por consumidor, conforme prevê o § 4º do art. 55 da Lei Federal nº 8.078, de 1990;

VIII – orientar o consumidor a recorrer ao Poder Judiciário, nos casos não resolvidos administrativamente;

IX – representar ao Ministério Público os casos tipificados como infração penal na Lei Federal nº 8.078, de 1990, bem como os que tratarem de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

X – incentivar e apoiar a criação e a organização de órgãos e entidades de defesa do consumidor;

XI – efetuar e divulgar pesquisa de preços de produtos e serviços;

XII – elaborar e divulgar anualmente cadastro de reclamações procedentes contra fornecedores de produtos e serviços, nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 8.078, de 1990, e remeter cópia aos órgãos estadual e federal incumbidos da coordenação política dos respectivos sistemas de defesa do consumidor;

XIII – celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

XIV – desenvolver programas relacionados com a educação para o consumo, nos termos do art. 4º, IV, da Lei Federal nº 8.078, de 1990, bem como estudos e pesquisas na área de defesa do consumidor;

XV – exercer as demais atividades previstas na legislação relativa à defesa do consumidor e outras compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único – O Procon Assembléia atenderá a demandas provenientes de todo o Estado.

Art. 5º – O inciso IV do "caput" do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – (...)

IV – no quarto grau, as gerências-gerais, as coordenações de área, a Procuradoria-Geral Adjunta, a Escola do Legislativo e o Procon Assembléia;"

Art. 6º – O item do Anexo da Resolução nº 5.198, de 2001, que estabelece as atribuições da Procuradoria-Geral passa a vigorar com a seguinte redação:

"Procuradoria-Geral – PGA: prestar consultoria jurídica à Assembléia Legislativa, representá-la judicial e extrajudicialmente e supervisionar os serviços de proteção, defesa e orientação do consumidor, de modo a contribuir para que a Assembléia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional."

Art. 7º – Fica transformado em um cargo de Coordenador de Área, código AL-DAS-1-03, um cargo de Assessor constante no Anexo II da Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, alterado pela Resolução nº 5.126, de 21 de dezembro de 1992, mantido o símbolo de vencimento AL-S-03.

Parágrafo único – A forma de provimento e as atribuições do cargo de que trata este artigo são as constantes nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º da Resolução nº 5.198, de 2001.

Art. 8º – A Mesa da Assembléia regulamentará o disposto nesta resolução e elaborará o regimento interno do Procon Assembléia.

Art. 9º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2005.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

76ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

Discursos Proferidos em 6/10/2005

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público presente a esta reunião da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, outro dia tive oportunidade de trazer uma discussão a esta tribuna em relação à arrecadação do governo federal em Minas Gerais.

Disse que, até o mês de agosto, o governo federal havia arrecadado em Minas Gerais, com os impostos, cerca de R\$32.000.000.000,00, o que representa praticamente 1,5 orçamento do Estado. Disse ainda que, até o final deste ano, o governo federal deverá arrecadar em Minas Gerais praticamente 2,5 orçamentos do Estado de Minas Gerais.

Falávamos especialmente sobre as exportações de Minas Gerais desoneradas e que o Estado não vem recebendo nenhum centavo do governo federal. Isso, apesar de Minas Gerais se apresentar como um dos Estados mais exportadores e que deveria receber uma parte desses recursos.

Infelizmente, vemos que aqueles recursos que a União arrecada em Minas Gerais não voltam para o nosso Estado. A Assembléia Legislativa deveria efetivamente tomar uma posição em relação a essa questão. Assusta-me, às vezes, acompanhar, por exemplo, nesta tribuna, algumas defesas de que o Estado de Minas Gerais tem de assumir as estradas federais e deve fazer a sua manutenção.

Ora, temos 25% da malha rodoviária federal em Minas Gerais. Alguns, em vez de estarem ao lado do Estado, cobrando a volta dos recursos que aqui foram arrecadados, defendem ainda que Minas Gerais deve assumir a malha rodoviária federal, uma malha totalmente desgastada, com um custo altíssimo.

Recentemente, o governo federal vetou a medida provisória que determinava que alguns Estados assumiriam trechos da malha rodoviária federal dentro de seus territórios. Seria impossível que os Estados fizessem a manutenção desses trechos com o que lhes fora repassado.

Antes de as estradas serem concedidas, é feita a sua recuperação. Receber esses trechos federais, em Minas Gerais, acarretaria um custo altíssimo para o contribuinte, para o povo de Minas Gerais. Temos acompanhado essa situação do governo federal.

Como membro da Comissão de Meio Ambiente, tenho acompanhado o esforço do governo federal para implantar esse projeto, denominado transposição do Rio São Francisco. A Comissão de Meio Ambiente manifestou-se contrariamente a esse projeto e a favor da revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Dos R\$32.000.000.000,00 arrecadados pelo governo federal até agosto, queremos que uma parte desses recursos retorne ao Estado de Minas Gerais, para que possa investir na revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Não apenas o Brasil como também a comunidade internacional tomaram um susto com a decisão do Bispo D. Luiz Flávio Cappio de iniciar uma greve de fome para chamar a atenção das autoridades brasileiras e internacionais acerca do custo com a pretensão do governo federal de realizar o projeto de transposição do Rio São Francisco. Foram necessários 11 dias de greve de fome para que o governo federal buscasse entendimento com o representante das margens do Rio São Francisco e daquela população carente.

As imagens e as fotos mostradas pela televisão e pelos jornais revelam que ter o rio não representa riqueza ou sustentabilidade; são necessárias políticas sociais, políticas de geração de emprego e renda, para que as pessoas que vivem às margens do São Francisco ou de qualquer rio brasileiro tenham condições de subsistência e de prosperar.

D. Luiz Flávio representa todos os mineiros que não aceitam esse projeto do governo federal. O Norte de Minas está clamando por revitalização. A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco está clamando pelo tratamento dos esgotos, que são lançados nesses rios. A Região Metropolitana de Belo Horizonte é responsável pelo maior lançamento de esgotos no Rio São Francisco.

Concedo aparte à Deputada Ana Maria Resende, que representa a população do São Francisco no Estado de Minas Gerais e tem feito firmes manifestações em favor da revitalização desse rio.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)\* - Às vezes, quem nos assiste e nos escuta pensa que esses assuntos são pontuais, que uma coisa não interfere na outra. O senhor começou dizendo do repasse do governo federal para o Estado de Minas Gerais. Quando falamos em rever o pacto federativo, não nos referimos aos partidos políticos que estão em Brasília dirigindo a União, mas ao Estado de Minas Gerais, ao nosso povo. Assistimos agora à greve da universidade estadual e das universidades federais. Não podemos tolerar essas coisas. Independentemente de quem está no poder federal, Deputado João Leite, precisamos rever o pacto federativo, porque é importante investir na saúde e na educação. Com que dinheiro? Com o que vem de Brasília. Sendo assim, precisamos trazê-lo o mais rápido possível. Qualquer que seja o Presidente, de qualquer sigla partidária, que ele esteja incluído. Enquanto clamávamos por essa revisão, eu, V. Exa. e tantos outros parlamentares, alguns se referiam aos grandes benefícios que a União oferecia a Minas. Quanto mais ela fizer pelo Estado, ainda será pouco, porque os nossos funcionários merecem e precisam de salários maiores, e Minas precisa de maiores investimentos. Devemos, sim, rever o pacto federativo.

Desde cedo, Deputado, aprendi que não podemos colocar a mão onde o nosso chapéu não alcança. E para a nossa mão alcançar mais longe, a União precisa entender que não existe Brasil sem Município, sem cidadão e sem funcionário público. Toda a Assembléia deve se unir a nós em defesa dessa causa.

Estou feliz, porque tempos atrás reclamamos da transposição do Rio São Francisco. Hoje, vejo a Deputada Maria Tereza trabalhando, assim como o Deputado Padre João, pela não-transposição. Portanto, fico satisfeita, porque eles estão percebendo que não adianta ficarmos aqui defendendo um governo que não nos governa, que não nos ajuda. Que possamos nos unir. Somos Deputados Estaduais, Deputado João Leite. Se eu quisesse defender o governo federal, certamente teria me candidatado a Deputada Federal. Que cada um de nós possa defender Minas Gerais e os mineiros de todas as regiões a partir de agora. Muito obrigada pelo aparte.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputada Ana Maria. Sem dúvida alguma, V. Exa. traz brilho ao discurso que fazemos da tribuna da Assembléia Legislativa. A Deputada tem razão. Como eu disse, até agosto, depois de o Estado ter arrecadado R\$32.000.000.000,00, a contrapartida não seria, de maneira alguma, a mesma. Para a segurança pública, infelizmente não vieram recursos - que não são federais, mas estaduais. Apesar de Minas assumir responsabilidade do governo federal em relação à construção de presídios para detentos que cometeram

crimes federais, como contrabando de armas e tráfico de drogas, nem um centavo dos recursos arrecadados aqui voltou para a área da segurança.

Deputada Ana Maria Resende, o mais grave é que Minas Gerais é um Estado exportador. Nós, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa, temos acompanhado a saída das nossas riquezas e do nosso minério; desonerada essa exportação, Minas Gerais não tem recebido um centavo dessas empresas que retiram os nossos minérios. O governo federal recebe esse dinheiro, mas não o repassa ao nosso Estado. Infelizmente, é essa a realidade. Isso ocorre porque a lei do governo federal determina que os Estados não podem recebê-lo. É preciso criar um fundo para que os Estados recebam pela perda de riquezas, pela saída do minério.

Gostaria de citar alguns argumentos de D. Luiz Flávio Cappio, Bispo de Barra, na Bahia: "A transposição é um obstáculo para a revitalização do Rio São Francisco. O projeto de transposição visa a beneficiar o hidronegócio, a criação de camarão e as grandes empresas de irrigação". Todos os dias ouvimos pessoas falarem sobre os R\$20.000.000.000,00 que serão gastos nesse projeto de transposição do Rio São Francisco e que isso seria para os pobres do Nordeste. O Bispo D. Luiz Flávio Cappio nos mostra que o destino é a criação e a exportação de camarões e as grandes empresas de irrigação. Nas suas argumentações, ele ainda diz: "Se o governo quisesse levar água do rio aos pobres, o faria perto de onde ele passa. A 500m de suas margens, o povo não tem água".

O governo federal deseja fazer com que as águas do São Francisco subam 180m, a fim de alcançar esses viveiros de criação de camarão e o hidronegócio. Para isso, é necessária a energia de uma hidrelétrica, como a de Três Marias. O gasto de energia no Nordeste será dobrado a partir desse projeto megalomaniaco e equivocado. O governo federal demorou 11 dias para abrir o diálogo com um Bispo, representante do povo; aliás, são 11 dias de greve de fome, 11 dias sem se alimentar. Quer dizer, esse foi o tempo que o governo federal demorou para conversar com um representante da Igreja Católica, de uma parte significativa.

Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, agradeço muito a sua paciência para me ouvir e o tempo a mais que me concedeu. Aguardo uma manifestação vigorosa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais referente ao pacto federativo, para que retornem os bens de Minas. Ao final, o governo federal deverá arrecadar, neste ano, R\$50.000.000.000,00 em Minas Gerais. Queremos de volta o que pertence ao nosso Estado: os recursos das exportações e dos minérios que saem do Estado, os recursos para promover a segurança pública em Minas Gerais e, finalmente, a revitalização do Rio São Francisco.

Não queremos esse projeto de R\$20.000.000.000,00, do governo federal, para atender aos criadores de camarão e à política de grandes empresas que têm fazendas no Nordeste. Muito obrigado.

\* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, cumprimento a Mesa, os Deputados presentes e, com carinho muito especial, os nossos convidados que acompanharão a votação, agora à tarde, até próximo da noite, das tabelas salariais dos nossos servidores da saúde. Boa tarde.

Hoje, ouvia, atentamente, as falas dos Deputados que nos antecederam. Faço um registro sobre elas, principalmente sobre o pacto federativo.

O Presidente Lula esteve aqui em Belo Horizonte. É uma feliz coincidência discutirmos a saúde no que se refere ao pacto federativo diante do número de convênios que o governo federal está assinando com Minas Gerais para qualificar o atendimento da saúde na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em diversos Municípios do Estado. Na área da saúde bucal, temos o Brasil Sorridente. Além disso, temos o Samu e a ampliação do Programa de Saúde da Família. Enfim, são projetos que visam garantir a melhoria da qualidade da saúde.

Na Comissão de Fiscalização Financeira, ontem, dei um voto contrário às contas do Estado, especialmente em relação à saúde aqui do Estado de Minas Gerais. A Emenda nº 29 preconiza que o Estado deve aplicar 12% da sua arrecadação nessa área. Pela execução orçamentária, não está chegando a 7% o compromisso de Minas com a saúde. Então, há uma execução orçamentária de R\$300.000.000,00, que era um empenho a pagar e não faz parte de 2004, a qual não pode ser considerada na execução orçamentária. Esse percentual cai de 12% para 7% em Minas Gerais. Trata-se de um artifício utilizado pelo governo para justificar que a Emenda nº 29 está sendo cumprida em Minas. A aplicação não é verdadeira, pois esses R\$300.000.000,00 foram empenhados para 2005 e não foram aplicados na execução orçamentária de 2004.

Aproveitando este momento importante que vive a Assembléia, quero dizer que hoje de manhã votamos, em 2º turno, as tabelas salariais da educação, com o voto contrário do Bloco PT-PCdoB. Votamos, também, contra a VTI. A insatisfação do Bloco soma-se à dos servidores da saúde e da educação de Minas Gerais, em razão dos poucos avanços que houve nas tabelas salariais, seja desta ou daquela área.

No 2º turno, de manhã, deixamos claro o nosso posicionamento. Fazemos aqui um registro: das 16 emendas apresentadas pelo Bloco PT-PCdoB, nenhuma foi aceita pela base do governo; todas foram rejeitadas.

Eram emendas que incluíam reivindicações importantes apresentadas pela categoria de todos vocês, servidores, com relação a essa importante política pública que é a saúde no Estado de Minas Gerais.

Quero falar de algumas delas que não foram atendidas e que considero fundamentais para que possamos oferecer aos cidadãos o serviço de qualidade que os servidores prestam ao Estado de Minas Gerais.

O tratamento isonômico para os profissionais de nível superior e para os médicos. Emenda derrotada. Também não conseguimos aprovar a supressão da carga horária de 40 horas para todo o sistema, uma política defendida historicamente pelo SUS, pela categoria dos servidores da saúde, para que o servidor tenha a carga horária de, no máximo, 30 horas. A consideração do tempo de serviço para o posicionamento imediato. A consideração das progressões e promoções anteriores para fins de posicionamento. No Estado de Minas Gerais, os servidores estão com suas tabelas congeladas há mais de 10 anos. Percebemos que alguns servidores, como os da Fhemig, tiveram um reajuste muito menor do que outros servidores do sistema. O reajuste que terão é muito pouco diante dos 10 anos sem reajuste salarial para a categoria no Estado de Minas Gerais.

Ainda hoje pela manhã, quando do encontro do Presidente Lula com o Governador Aécio, o Governador dizia do crescimento da economia de Minas Gerais. O Presidente Lula deixava claro que o crescimento da economia dos Estados brasileiros também depende da economia nacional e é puxado por ela. O acréscimo da arrecadação de ICMS em Minas Gerais, no governo Aécio, é de 38%, e o percentual de reajuste para a categoria dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais não chega a isso. Se a economia cresce, se Minas Gerais é o Estado que mais exporta, se Minas Gerais desponta como o Estado que mais cresce no Brasil, por que não valorizar seus servidores públicos? Grande parte desses servidores, 70%, são das duas políticas mais importantes do Estado: educação e saúde. Esses servidores dedicam seu tempo e sua história à saúde e à educação da população. Estão em constante contato com os nossos cidadãos, trabalhando para melhorar a qualidade da saúde e da educação no Estado de Minas Gerais.

Quero deixar aqui o registro de que é preciso uma enorme sensibilidade desta Casa Legislativa e do governo para ampliar as negociações dos servidores da saúde, para que a categoria possa ter dignidade.

Quero ressaltar também o empenho de todos vocês que, há mais de 60 dias, estão presentes nesta Assembléia Legislativa manifestando sua organização. Participaram de maneira organizada das reuniões de praticamente todas as comissões, manifestando, fazendo greve, um movimento de resistência, de luta e participação. Esse movimento tem que ter a sensibilidade do governo do Estado e de toda esta Assembléia Legislativa, porque falamos de uma das políticas mais importantes do Estado, que é a saúde, e de seus servidores, que dedicam sua vida a essa política em Minas Gerais. Deixo aqui o nosso registro de que vocês, pela resistência e pela participação, merecem um reajuste que venha a dar dignidade à categoria em Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Rêmoló Aloise, Presidente desta reunião e Vice-Presidente da Assembléia, Srs. Deputados e Deputadas, bancada da imprensa, companheiras e companheiros trabalhadores da saúde, bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O assunto que trago é o mesmo que a Deputada Elisa Costa abordou desta tribuna e que diz respeito à continuação da votação das tabelas salariais, em específico da tabela da saúde.

Nós, do Bloco PT-PCdoB, sob a liderança do Deputado André Quintão, temos trabalhado essa questão da tabela salarial, ouvindo os sindicatos - a Asthemg e o Sind-Saúde -, para abrirmos um canal de negociação com o governo e melhorarmos a tabela que chegou a esta Casa.

Trata-se de uma tabela extremamente tímida e muito aquém da expectativa dos servidores das áreas da saúde e da educação. Além disso, a referida tabela não nos convence de que o governo fez o máximo que podia. O governo poderia ter feito uma tabela melhor para os servidores da educação e da saúde. No entanto, o governo fez uma opção política de continuar o arrocho que promove sobre o servidor público.

Durante todo esse período, desde o dia em que essa tabela aqui chegou, no mês de junho, vimos discutindo a tabela e tentando melhorá-la. Vários sindicalistas nos acompanharam, incluindo os da Asthemg, que estão em greve há bastante tempo. Fomos até o Secretário Anastasia, com os sindicalistas, para explicar o que poderia ser melhorado na tabela. Aliás, o governo solicitou que os servidores fizessem propostas, e os servidores entregaram uma contraproposta para o Secretário. Mas, infelizmente, as respostas do governo foram negativas, e muitos pontos que poderiam ter sido ajustados nas tabelas não o foram.

Dessa forma, entramos num longo processo de obstrução. Desde junho a tabela está aqui, e vocês têm acompanhado tudo isso. Faz pelo menos duas semanas que temos nos revezado nesta tribuna, Deputados do PT e do PCdoB, exatamente para tentar sensibilizar o governo a modificar a tabela. Já estamos no processo de obstrução há bastante tempo. Aliás, essa obstrução nos fez usar todas as reuniões possíveis para discutir o projeto. Na semana passada, esgotou-se o prazo para as reuniões de discussão, e o projeto entrou agora em fase final de votação. Essa é a fase em que nos encontramos. O projeto já não está mais em discussão, e sim em fase de votação.

Mesmo com todo esse esforço, não obtivemos do governo resposta positiva no caso da saúde, mas vamos continuar tentando até o limite das nossas forças, para que o governo se comprometa a melhorar essa tabela em alguns aspectos ou, pelo menos, atenda aos pontos específicos que têm sido levantados pela Fhemig, pela Hemominas e pela Funed, principalmente. Reivindicações específicas foram entregues ao governo, mas, até agora, não tivemos resposta sobre isso.

Por isso a manifestação de vocês na Assembléia Legislativa é importante. Ela ajuda a sensibilizar os Deputados da base governista, que podem ajudar-nos a mostrar para o governo que é necessário encontrar uma saída para os servidores e para a greve que está acontecendo.

E essa manifestação tem sido, evidentemente, respeitosa, pacífica, apesar do incidente ocorrido ontem com a Deputada Lúcia Pacífico, com quem queremos nos solidarizar. Já lhe externamos nossa solidariedade. Ela tem sido importante exatamente para mostrar ao governo a necessidade de se sensibilizar.

Os próprios Deputados da base do governo estão incomodados, por isso estão vindo pouco à Assembléia Legislativa. Eles sabem que a tabela é ruim. É preciso que o Governador Aécio Neves pare de exigir de seus Deputados o sacrifício que está exigindo. É demais exigir que votem uma tabela tão ruim. A base do governo realmente não está à vontade com essas tabelas salariais, pois os servidores têm manifestado que não as querem.

Hoje faço um último apelo ao governo. É preciso que ele receba mais uma vez os sindicalistas e escute as propostas alternativas que foram feitas. Ainda não está esgotada a possibilidade de vermos atendida pelo menos parte das reivindicações dos servidores. O papel do parlamento é exatamente mostrar ao governo que deve ter mais sensibilidade.

Antes de passar um aparte ao Deputado Jésus Lima, quero chamar a atenção do Governador Aécio Neves, que se mostra insensível. Não podemos nem falar do Secretário de Saúde, que sequer se digna a vir aqui para dar as respostas necessárias e a receber, com a atenção devida, os servidores. Infelizmente, o Dr. Marcus Pestana tem pisado na bola na área da saúde com todos os servidores do Estado.

É preciso que o governo se sensibilize, pois os recursos que está investindo na saúde são muito inferiores àqueles obrigatórios, segundo a determinação da Emenda à Constituição nº 29. Por isso, Deputado Jésus Lima, o governo sempre alega não ter dinheiro para aumentar a proposta. Não tem por que, nos dois primeiros anos, R\$1.000.000.000,00 daquela verba obrigatória não terem sido investidos. Esse dado está aproximado, mas foi divulgado pelo Ministério da Saúde - não é um dado nosso, do Bloco PT-PCdoB. Nossa estimativa é que, neste ano, se respeitar seu próprio orçamento, o governo deixará de investir R\$760.000.000,00 do valor determinado pela Emenda nº 29. E, para o orçamento do ano que vem, que chegou anteontem a esta Casa, haverá uma perda de R\$969.000.000,00, ou seja, o Governador Aécio Neves sairá do governo devendo à saúde pública de Minas R\$3.700.000.000,00, quase R\$4.000.000.000,00.

Existe um pedido de CPI, e peço aos Deputados que o assinem, até para que o Sr. Marcus Pestana preste atenção à área da saúde. Falta apenas uma assinatura.

Fazemos um apelo para que o governo, de fato, receba os trabalhadores da saúde para dar continuação às negociações, que não devem ser fechadas a partir da exigência da aprovação da tabela como está, sem um processo de negociação real. Esse é o motivo de minha vinda aqui. Mais uma vez peço a sensibilidade do governo.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, todas as pessoas que estão se manifestando, Sind-Saúde, pessoal da Asthemg, funcionários da área da saúde de nosso Estado. Gostaria de me solidarizar com esses companheiros, que lutam não apenas por um efetivo e uma remuneração melhores, mas por uma saúde melhor no Estado de Minas Gerais. Esse movimento é importante para sensibilizar a população do nosso Estado da necessidade de se investir na área social, em saúde e em educação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para informar que estivemos com o Presidente Lula, que acaba de anunciar, para o nosso Estado, a recuperação e, praticamente, a construção e o equipamento do prédio da Cardiominas, situado na Av. dos Andradas, que envergonha a nossa Belo Horizonte. O governo federal, por meio do Presidente Lula e da Prefeitura de Belo Horizonte, está repassando R\$12.000.000,00 para a reconstrução daquele prédio.

Eu estou solidário com vocês; calma. Além disso, o Presidente Lula acaba de anunciar a verba de R\$30.000.000,00 para equipamento e funcionamento do Hospital de Venda Nova. Esses são investimentos na área da saúde.

Gostaria também de dizer aos meus companheiros do Sind-Saúde e da Asthemg que nós, da Bancada do PT e do PCdoB, somos os únicos que os defendemos nesta Casa. Para vocês terem uma idéia, Minas Gerais possui um dos piores investimentos na área de saúde no Brasil, perdendo somente para o Maranhão. Portanto, a mobilização de vocês é importante para que sensibilizem o governo do Estado.

Fui Prefeito em Betim e sei que é muito fácil construir um prédio, mas investir no funcionário, dando-lhe um salário digno, para que ele preste um bom serviço, é o desafio de qualquer administrador público. Em Betim, apenas com um prédio, a carcaça de um hospital, fizemos um hospital-referência, colocando equipamento e contratando mil funcionários, que é o Hospital Regional de Betim. O governo do Estado deveria fazer, em Minas Gerais, o que o PT faz em suas administrações. Obrigada pelo aparte, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Tenho certeza de que os Deputados dos outros partidos políticos têm também compreensão e solidariedade com a luta dos servidores. O que me incomoda é a pressão individual do Governador Aécio Neves para que votemos do jeito que ele quer. Essa pressão é que denunciamos desta tribuna. Ele faz chantagem ao dizer que, se não for aprovado do seu jeito, não pagará os servidores. Vocês já escutaram ele falar isso. Se ele não fala, manda os outros falarem, espalhando o boato de que ele não pagará ou os servidores não receberão em dia e não receberão gratificação natalina a tempo. Essa é a pressão do governo. Em vez de fazer essa pressão, seria melhor ele sentar-se conosco e com os servidores para negociar. Ainda há tempo suficiente para fazermos essa negociação com o governo e entre nós, Deputados. Podemos fazer também uma pressão inversa no governo, não aprovando seus projetos enquanto ele não resolver os problemas com os servidores. Essa pressão é necessária, e a vinda de vocês a esta Casa fortalece a nossa intenção de negociar.

Durante a votação do projeto, há várias emendas para as quais pediremos destaque. Elas também podem ajudar os servidores.

Ontem, não conseguimos aprovar nenhuma das emendas destacadas da área de educação. O avanço mais importante foi a manutenção dos direitos adquiridos para os professores designados quando passarem no concurso, entre eles, quinquênios, biênio e férias-prêmio. Isso foi garantido com a pressão dos servidores.

Na saúde, é preciso que as reivindicações específicas sejam levadas em consideração, especialmente as da Hemominas, Fhemig e Funed, cujos funcionários estão aqui, há muitos dias, pressionando, exatamente porque a tabela atende muito pouco às reivindicações.

Mais uma vez, deixo nossa solicitação para que o Governador Aécio Neves tenha sensibilidade em relação a essa área. Como já disse outras vezes, se ele mantiver a prática que o acompanha desde o início do governo, sua dívida com o segmento chegará a R\$3.700.000.000,00. Isso, com uma artimanha, que é considerar a verba da Copasa como se fosse do orçamento do Estado. O truque usado é esse. A Emenda nº 29 diz que 12% do orçamento próprio do Estado deve ser aplicado. Orçamento próprio não é orçamento da empresa. A Copasa cobra e tem lucro, logo, seu dinheiro não pode entrar na conta para saneamento como se fosse do orçamento para o SUS. Em nenhum lugar do Brasil isso é permitido. O Ministério Público proíbe. Na União e nos Municípios não pode. Aqui, a prática existe. O Tribunal de Contas finge que não vê e permite que o Governador burle a lei. Como ele cerca tudo - Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e imprensa -, passa "gato por lebre".

Creio que os Deputados estarão conosco e nos ajudarão a arrancar compromissos do Governador para melhorar essa tabela e receber o sindicato. Esse é nosso desejo para melhorar as condições de trabalho de vocês.

Estive com os servidores que realizaram, hoje, uma manifestação em frente ao Palácio. Eles me pediram para repetir o que a comissão de usuários do João XXIII me informou, no dia em que a recebi no Salão Nobre, representando o Presidente Mauri Torres. Segundo eles, além do problema financeiro, no hospital falta tudo, inclusive esparadrapo e fraldão. Há cirurgias que foram canceladas por falta de material. Quando eles reclamam na Fhemig, o Diretor diz que não está faltando nada. O Secretário Pestana fala para o Governador que não está faltando nada. O Governador fica achando que não está faltando nada. Os usuários disseram que faltam materiais básicos no hospital. Os Deputados médicos - Carlos Pimenta e Rêmoló Aloise - podiam nos ajudar. Poderíamos ir ao hospital, principalmente com os parlamentares médicos, para verificar essa questão. Trabalhar com salário baixo já é ruim; trabalhar sem condições é pior ainda. Uma visita dos parlamentares médicos ajudaria a constatar a denúncia. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jésus Lima\* - Srs. Deputados, público presente, mulheres, homens, trabalhadoras e trabalhadores, boa tarde. Vim a esta tribuna falar da importância da mobilização de todos os atores que podem contribuir para que o desempenho do Estado seja mais eficiente. O Estado só será forte e prestará serviço público de saúde e ensino de qualidade se os atores da sociedade civil e as entidades que a representam também forem fortes.

Parabenizo as organizações sindicais do nosso Estado, o Sind-UTE, que esteve aqui ontem, a Asthemg, o Sind-Saúde de Belo Horizonte e de Betim e todos os atores que trabalham para construir um Estado que preste serviço público de qualidade. Precisamos construir um Estado mais eficiente. O que é para os ricos não precisa do apoio nem do incentivo do Estado; mas, para os pobres, só existe o atendimento oferecido pelo Estado. É necessário fortalecer as entidades de classe, e o meu papel, como parlamentar do PT, é esse: fortalecer as associações e entidades de classe e os sindicatos, para que façam esse balanço e possamos construir um Estado eficiente para os mais pobres. O que sobra para o mais pobre é o SUS, um sistema público de péssima qualidade em todos os aspectos.

Portanto, é importante estar nesta Casa sensibilizando as autoridades do Estado a investirem mais nessa população, que tanto precisa, a população mais pobre e sofrida do Estado.

Peço aos Deputados que se encontram nesta Casa que façam mais um esforço. Sabemos que as coisas já vêm quase prontas para esta Casa, e fica difícil, apenas com esta mobilização, fazer as modificações necessárias. Entretanto, é importante manifestar, e aqui é o lugar de falar e de manifestar. Quero ser solidário com todos os movimentos que aqui se encontram, pois precisamos sensibilizar o governo do Estado a investir mais recursos na saúde, fazendo como o Presidente Lula, que vem a Minas Gerais. É preciso que o Estado de Minas faça o mesmo. O que o governo do Estado está fazendo é apenas "marketing" político.

Ontem, discutimos a questão dos professores. O que o Governador quer - pois quer ser Presidente da República - é que o resto do Brasil não saiba que, no Estado de Minas Gerais, uma professora ganha R\$212,00.

Ele não quer que divulguemos ao resto do País que Minas Gerais é o segundo pior Estado em investimento na área da saúde. Portanto, é importante a manifestação democrática de todos os que aqui estão. Mas é importante também sensibilizar os Deputados e o Governador do Estado, para que possamos ter saúde e educação de qualidade e, assim, beneficiar a população mais pobre de Minas.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Quería agradecer ao Deputado Jésus Lima.

A frase que está escrita em uma faixa reflete a realidade e o sentimento dos servidores do nosso Estado. Minas não avança com os trabalhadores da saúde ganhando salário-base inferior ao salário mínimo. O que o governo faz não é o que se vê na TV. O que é divulgado não é a realidade. Há propagandas dizendo que os servidores estão tendo reajustes superiores a 50%.

Trago a este Plenário a prova de que há possibilidade de os servidores terem reajuste digno. Basta o Governador cumprir o que prometeu. Vamos relembra as suas palavras. O Governador disse que daria reajuste aos servidores, de acordo com o crescimento econômico e a arrecadação do Estado. Vamos lá: de 2000 a 2004, a arrecadação do ICMS aumentou 75%. Somente no governo Aécio, o ICMS teve aumento de 38%. Qual foi o aumento dos servidores? Há servidores que terão aumento de 3%! Muito menos que o índice inflacionário! O que significaria um reajuste de apenas R\$12,00! Isso não é valorizar o serviço público ou se preocupar com o bom atendimento! A área da saúde é muito sensível, precisa ser tratada como prioridade! Mas, infelizmente, depois de os governos assumirem, não tratam a saúde como deveriam. Fica aqui a nossa indignação.

Deputado Jésus Lima, gostaria de lembrar apenas mais um ponto. Ontem, disse da tribuna que a "Folha de S. Paulo" divulgou que todos os servidores paulistas tiveram aumento linear de 16%. Aliás, o salário-base em São Paulo é de mais de R\$500,00. Muitos Deputados disseram que isso se devia ao fato de São Paulo ser um Estado muito rico, grande. Então, tomemos o exemplo do Piauí, Estado em que o salário-base é superior a R\$800,00; do Acre, Estado pequeno, em que o salário-base é o dobro do de Minas - em Belo Horizonte o valor é maior. No Pará, o salário-base da educação é de R\$510,00; no Rio de Janeiro, há 10 anos sem reajuste, é duas vezes o valor do nosso Estado. Vamos fazer mais uma reflexão: se Minas Gerais é o terceiro maior Estado da Federação em termos de arrecadação, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro, por que não é o terceiro a melhor valorizar os servidores? Minas está entre os piores Estados em termos de valorização do servidor. A questão é lógica.

Quería deixar aqui o nosso posicionamento claro: não concordamos com essas tabelas da forma como estão. Não concordamos de maneira alguma, repudiamos-las. O que os servidores querem está expresso nas faixas: "Governador, queremos negociação, já!". Os servidores querem um espaço para negociar.

Quería agradecer o aparte ao Deputado Jésus Lima e dizer que o Bloco PT-PCdoB está firme contra as tabelas do Governador do Estado.

O Deputado Jésus Lima\* - Obrigado, Deputado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em nome do Bloco PT-PCdoB, pedimos a preferência de votação do nosso substitutivo em relação ao projeto do governo. De início, gostaria de dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que esse substitutivo, na verdade, foi apresentado pelo Bloco PT-PCdoB, mas a construção foi feita, rigorosamente, em sintonia com os servidores da área da saúde, da Fhemig, da Funed, da Hemominas e das entidades sindicais, que há várias semanas acompanham o debate nesta Assembléia. Aliás, é bom, neste dia de discussão e encaminhamento de votação, que possamos, para resgate histórico desse processo, recuperar passagens importantes desta Assembléia. Desde o início do nosso mandato, na discussão, em 2003, de projetos encaminhados pelo governo, exigimos do governo a remessa dos planos de carreira a esta Casa.

Votamos os planos de carreira, o conjunto dos Deputados e Deputadas. Seria o ideal, já naquele momento, votar o plano de carreira com a tabela salarial. Mas, infelizmente, apesar de muita pressão e de muitas reuniões, o governo não atendeu a esse pedido.

Este ano, fizemos uma discussão séria sobre os projetos de autorização de empréstimo solicitados pelo governo estadual. Um deles é o empréstimo para o aprimoramento da gestão pública, da ordem de US\$140.000.000,00. Nesse momento, o bloco se posicionou. Não poderíamos votar uma autorização de empréstimo sem que o governo encaminhasse tabelas salariais, porque a melhor forma de valorizar e melhorar a gestão pública é valorizar e dar dignidade, condição de trabalho e salário aos servidores públicos estaduais. E assim o fizemos. Negociamos às claras, sem acordo de gabinetes, com a participação das entidades sindicais, inclusive as que estão aqui presentes.

Fizemos muita pressão, até mesmo na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, no dia 30 de junho, chegaram as tabelas salariais, absolutamente distantes daquilo que merece e deseja o servidor público, principalmente o da área da saúde.

É por isso que estamos encaminhando esta votação - é bom que os dignos servidores que estão aqui entendam esta votação. Não queremos a tabela que o governo encaminhou para esta Casa. Essa tabela, não.

Queremos a preferência no Substitutivo nº 2, que inclui os pontos reivindicados pelos sindicatos, os quais consideramos ser absolutamente razoáveis, passíveis de serem cumpridos pelo governo estadual. Até porque os jornais andam estampando que a arrecadação, o ICMS e a receita cresceram muito. Então por que não traduzir boa parte dessa receita em melhoria efetiva para o servidor público?

Não podemos votar uma tabela salarial que contém distorções gritantes, servidores praticamente sem reajuste. Os que ganham menos e que trabalham com tanto suor e dedicação, em situações críticas, em situações que dizem respeito àquele limiar entre a vida e a morte de seres humanos: são exatamente esses que estão sendo penalizados.

Queremos uma tabela que efetivamente reconheça o tempo de serviço prestado para efeito de posicionamento na carreira, já. Não podemos admitir que o governo diga que não poderá fazer isso porque lhe falta a informação e que vai precisar de 36 meses ou 48 meses para isso. Se ele quiser, pode fazer agora mesmo, com boa vontade, com empenho e com recursos de informação tecnológica.

Precisamos melhorar os salários. A nossa tabela propõe reajustes além daqueles previstos, ou seja, superiores aos 22%, 23% e 24% já estabelecidos.

Precisamos de tabelas que tratem de maneira isonômica os profissionais de nível superior e os médicos. Precisamos corrigir as distorções dos que ganham menos. Precisamos da incorporação total da PRC no caso dos setores que ainda têm essa parcela prevista para receber. Precisamos da garantia do reajuste do vencimento anual, e não queremos que seja em julho, quando o governo alega que não pode concedê-lo por causa do período pré-eleitoral. Precisamos antecipar esse reajuste para janeiro.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, dirijo-me a cada um de vocês. Esta Assembléia, que votou os planos de carreira; que realizou várias audiências públicas presididas por comissões compostas por Deputados de todos os partidos e que, em seu conjunto, fez a discussão, o debate e melhorou o projeto, ainda que muito pouco, nas comissões, com algumas emendas, pode dar um passo além: podemos aprovar o Substitutivo nº 2, o substitutivo da saúde, da dignidade, do servidor, da valorização da saúde como um direito de cidadania.

É isso o que está em jogo nesta votação. Valorizar o servidor da saúde não significa simplesmente valorizar uma corporação ou uma categoria; significa priorizar a vida humana na alocação do recurso público. Minas Gerais não está cumprindo a Emenda nº 29. O Estado pode e deve aplicar mais recursos na saúde.

Evidentemente, respeitamos a posição de cada um. Como Líder do Bloco PT-PCdoB, reconhecemos de público o empenho de toda a Assembléia, do Líder de Governo, do Presidente desta Casa, de todos os Deputados e Deputadas. Como Líder do Bloco PT-PCdoB, praticamente há 100 dias discutindo com todos os Deputados e as Deputadas, com a nossa assessoria e com as entidades sindicais, debruçados sobre essas tabelas, peço o voto de cada Deputado e Deputada. Digam "sim" à vida, digam "sim" ao substitutivo dos servidores. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Trata-se exatamente da votação do substitutivo apresentado pelo governo. Pedi a palavra para encaminhar pela rejeição, pela não-aprovação da tabela enviada pelo governo a esta Assembléia. Pedimos o voto pela rejeição, já que, infelizmente, fomos derrotados na nossa pretensão de votar o substitutivo apresentado pelo Bloco PT-PCdoB ao projeto do governo. Como disse o Deputado André Quintão, o substitutivo continha uma valorização do servidor, com um reajuste além do estabelecido pelo governo na tabela, de 22%.

Não se trata de um ato demagógico, mas daquilo que é possível ser feito com a arrecadação do governo. Infelizmente, a insensibilidade do governo Aécio Neves é muito grande. Digo que é possível, pois hoje, do lado de fora do palácio do governo, os servidores da saúde fizeram uma manifestação denunciando que, em Minas Gerais, paga-se o menor salário do Brasil à saúde e à educação. Nenhum Estado paga um piso salarial tão pequeno a essas áreas, como o governo Aécio Neves. Do lado de dentro, o Governador, pomposamente, anunciava que a economia de Minas Gerais é a que mais cresce no País. Quem estava lá ouviu ele falando essa mentira para o Presidente Lula escutar, como se isso fosse por sua conta. A economia mineira cresce porque a economia brasileira também cresce. E ele estava se gabando disso. Se isso é verdade, porque pagar aos servidores públicos o pior salário do Brasil? Essa é a questão que precisa ser questionada. Como a economia está crescendo, porque não se concede um reajuste melhor na tabela salarial dos servidores públicos? Por isso afirmamos que o Governador poderia fazer uma tabela superior à que foi feita, tanto para a educação quanto para a saúde. Não fez porque não tem vontade política de recuperar o poder aquisitivo do servidor público, que é muito baixo neste Estado. Exatamente por isso tomamos a decisão de votar contrariamente ao substitutivo do governo, ao projeto de lei do governo.

Isso não significa que, se perdermos esta batalha hoje, tenhamos perdido a guerra. Essa é apenas uma batalha. Os servidores continuam em greve, no caso da Fhemig. Uma greve heróica que merece o nosso apoio e o nosso respaldo. Os servidores continuam lutando. Visando a isso, hoje paralisamos todo o processo de votação para arrancarmos do governo nem que seja um compromisso de diálogo maior com vocês. Chamamos os Líderes do Governo, o Presidente da Assembléia, os Líderes dos outros partidos, o PDT, que nos ajudou muito, e o PMDB para pressionar o governo a assumir, pelo menos, o compromisso de negociar seriamente com vocês.

O governo se comprometeu a, na segunda-feira, às 17 horas, iniciar um processo de negociação séria, de esforço real do governo, para atender às reivindicações que nos foram entregues pelos líderes dos servidores, escritas à mão, como uma pauta de reivindicação. Esta Assembléia tem esse compromisso, assinado pelos líderes dos diversos partidos, pelo Presidente desta Casa, pelo Líder do Governo e pelo Líder da Oposição, de que o governo faça uma negociação séria buscando atender a essas reivindicações.

O Deputado André Quintão me pediu que dissesse, em nome da Bancada do PT, que, se o governo não tratar seriamente as reivindicações de vocês, a partir de segunda-feira, vamos sentir-nos com a disposição e a obrigação, como Bancada e Oposição, de iniciar a paralisação do processo de votação nesta Casa, no que concerne aos projetos do governo. Gostaríamos do apoio do PMDB, do PDT e dos demais partidos.

O acordo que foi feito aqui está assinado, e o governo deu o aval de que tratará com seriedade as reivindicações dos servidores.

Portanto, como não avançou no processo de melhorar a tabela e em pontos importantes do projeto, como a garantia da incorporação do tempo de serviço para reenquadramento; como não conseguimos avançar com relação aos percentuais de aumento na área da saúde, em especial para os não-médicos de cursos superior e intermediário e para todo o setor dos auxiliares do serviço da saúde; como isso não foi possível, vamos votar contra a tabela enviada pelo Governador Aécio Neves.

Votaremos contra, como forma de denunciar que essa não é a tabela desejada pelos servidores, nem a tabela possível. Principalmente para um Governador que tem a coragem de dizer para a sociedade brasileira, de dentro do Palácio e aproveitando os holofotes da visita do Presidente Lula, que a economia mineira vai muito bem. Mas, ao anunciar que a economia mineira vai muito bem, graças à economia nacional, não tem a coragem de reconhecer que esse crescimento não tem significado crescimento de investimento nas áreas sociais, em especial na saúde e na educação.

Por isso, repito o dado que já expus hoje: se o Governador Aécio Neves continuar fazendo isso, terminará seu mandato com uma dívida de R\$3.700.000.000,00 com a área da saúde pública em Minas Gerais. Será o governo reconhecido como aquele que, considerando o Brasil e Minas Gerais, menos investiu na saúde pública em termos percentuais. E faz a mágica de considerar como dinheiro do orçamento próprio do Estado aquilo que é arrecadado por uma empresa pública que cobra tarifa, a Copasa, a qual, inclusive, tem lucro. E o Governador falseia os dados de investimento, divulgando os investimentos da Copasa como se fossem do governo do Estado e do orçamento estadual na área do SUS, ao considerar o saneamento feito pela empresa. Dessa forma, falseia os dados da saúde pública em Minas Gerais, que fica com um déficit absurdo.

O Governador tem a coragem de enviar para a Assembléia Legislativa uma tabela que não conseguiu, de forma nenhuma, satisfazer os servidores que trabalham com imensa dificuldade nos hospitais públicos de Minas Gerais. Falta material, até esparadrapo e roupas para fazer cirurgia. O Governador deixa os servidores públicos trabalharem em condições extremamente precárias, como todos vimos.

Pediria ao Presidente da Comissão de Saúde e ao Deputado Rêmoló Aloise, nosso representante na Mesa que é médico, que agendassem uma visita dos Deputados aos hospitais, pelo menos alguns, incluindo o Hospital João XXIII, para ver que, de fato, há um descuido imenso do governo na área da saúde pública no Estado. E peço aos Deputados que possamos derrotar essa tabela salarial, porque, assim, precisaremos votar uma tabela com melhoria para a área de saúde.

Companheiros, não vamos desistir da luta. Isto aqui hoje é apenas uma parte da batalha de uma luta global. Estaremos com vocês, a partir de hoje e pelo tempo que for necessário, para que obtenham conquistas e sejam valorizados por um Governador que, infelizmente, mostra muita insensibilidade. Um abraço, e vamos votar contra o projeto do governo.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, caros Deputados, caras Deputadas, caros trabalhadores desta Casa, talvez quem não participou desse processo de discussão das tabelas, parte da sociedade que estava do lado de fora, não tenha admitido o porquê do clima de tensão, de

indignação e de revolta diante das tabelas apresentadas. As tabelas, Deputados e Deputadas, representam a organização da vida do trabalhador daqui para a frente, o impacto no cotidiano do seu trabalho, a valorização da sua dedicação. É exatamente por isso que vivemos e que os trabalhadores vivem, sobretudo os trabalhadores da saúde. Eles tiveram que chegar a esta posição extrema: usar o instrumento da greve para sensibilizar o governo. Os trabalhadores da área da saúde demonstraram, nesse processo, uma imensa responsabilidade, assistiram à assembléia da Hemominas, quando foi discutida a mobilização. E uma trabalhadora se levantou e declarou: "O nosso movimento tem de levar em conta que aqui, em Belo Horizonte, a Hemominas faz mil exames diários. E é com os olhos nesse povo que vamos participar desse movimento". Essa foi a declaração do compromisso público dessa categoria.

Quero dizer também que, em outros momentos, tivemos, como na greve anterior da Fhemig, rigorosamente respeitadas e cumpridas as exigências legais impostas ao atendimento de casos de urgência. Com que sacrifício os trabalhadores e as trabalhadoras viraram suas noites na mobilização, assegurando a responsabilidade pública de garantir o que o povo precisava.

É exatamente por isso que não conseguimos entender o porquê da intransigência do governo em relação a essas três emendas. O projeto do governo veio para que a tabela salarial levasse em conta o tempo de serviço. Por que o governo retirou esse dado do projeto quando tramitava nesta Casa?

O governo disse: "Não temos condições de realizar isso porque não temos cadastramento". Meu Deus, um governo que se diz moderno não sabe os servidores que tem? Há ainda algo muito mais grave. Os Deputados aqui podem votar. A Hemominas, por exemplo, tem o quadro pronto, acabado, cuja alteração e enquadramento poderiam ser levados em conta exatamente porque foram estabelecidos. A Funed também tem. Não precisa de tempo.

A segunda emenda também é uma conquista absolutamente necessária. O governo diz que quer qualificar os servidores, mas não concede promoção automática àqueles que fazem cursos, investem, desenvolvem-se, quando isso é uma necessidade, uma conquista histórica. Ademais, submete a promoção a câmaras de gestão. Sabe lá Deus que critérios elas vão usar para garantir algo absolutamente necessário. Por isso, pedimos o apoio dos Deputados da base do governo para aprovar essa emenda.

Quero lembrar que, desde o dia 25 de agosto, estamos de prontidão. Justiça seja feita, vários Deputados da base do governo nos ajudaram na articulação. Não entendemos o motivo dessa intransigência, na última hora, com a argumentação de que as tabelas salariais não podem ser diferenciadas. Ora, os serviços são diferenciados. E o serviço de saúde é elemento fundamental, como disse o Deputado André Quintão. Temos de considerar a vigília cotidiana desses profissionais diante da ameaça da morte e da vida, que está em suas mãos. Logo, eles precisam ter necessidades, qualificação, competência e responsabilidade, e eles têm. Todavia precisam também de remuneração adequada e condições para exercer, com tranquilidade, uma tarefa tão difícil e tão dura, porque todos sabem o que representa tratar da vida e da morte.

Lamentavelmente, os prazos regimentais se esgotaram. Tentamos, ainda nesta tarde, justiça seja feita, com o apoio de vários Líderes de partidos da base do governo, conseguir avançar. Cito os Deputados Sebastião Helvécio e Carlos Pimenta, que também participaram da construção desse processo, entre outros. Chegamos a uma proposta, conforme disse o Deputado Rogério Correia, assinada pelas principais Lideranças do Governo, da Oposição e pelo Presidente da Casa. Trata-se de compromisso segundo o qual segunda-feira, às 17 horas, serão retomadas as negociações para efetivamente se obterem conquistas. Vejam, senhores, essas conquistas são absolutamente possíveis.

Meu Deus, por que não se incorporaram as GIFs? Era necessário. Pode-se reduzir a verba de custeio e incorporá-las. É nesse espaço que, segunda-feira, pretendemos dar passos efetivos. Gratificação para a rede hospitalar, sobretudo, no caso de um pagamento adicional de segurança para a hemoterapia e a hematologia. Temos a certeza de que é possível avançar nessas questões. Quanto a vários órgãos, em virtude de seu tamanho, de imediato pode ser feita a incorporação, a reincorporação, a partir do tempo de serviço, em menor prazo do que o previsto na lei, ou seja, 36, quando vários órgãos já têm isso pronto.

A Oposição declara que, segunda-feira, votado o projeto e iniciadas as negociações, se não houver aumento, haverá obstrução à reavaliação do plano plurianual do governo e à lei orçamentária, porque é um direito inalienável realizarmos isso.

Solicito aos Deputados aqui presentes, com a confiança e a certeza de que todos têm compromisso com o sofrimento desses trabalhadores, que assegurem que não só avançaremos com esses dados -, que, financeiramente, são absolutamente possíveis -, mas também que se incorporarão à nossa obstrução, para que a vitória desses trabalhadores seja a vitória da vida, da saúde, defendida por todos. Peço voto para as nossas emendas, que são parte da construção desta Casa.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, no encaminhamento dessas emendas, que já receberam parecer da Comissão, quero, em primeiro lugar, destacar a participação e a atuação do corpo docente da Unimontes. Os professores, os funcionários, que aqui estiveram, realizaram inúmeras viagens. Mantiveram contato permanente com a Liderança do Governo, com a Seplag e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Secretário Bilac Pinto nos atendeu, recebeu-nos muito bem.

Há três dias, fiz um pronunciamento sobre o posicionamento da Unimontes no que se refere ao projeto que acabamos de votar em 1º turno e que, amanhã, será votado em 2º turno. Pedimos a reabertura do diálogo. Citamos o grande prejuízo que o Norte de Minas, o Estado de Minas Gerais estava sofrendo com a paralisação da Unimontes, o que durou quase 50 dias.

Os professores estavam em greve. Diversas vezes participamos de debates, de assembléias, trazendo professores, indo até Montes Claros e dialogando com os alunos. Anteontem, citamos o risco dos estudantes de medicina do sexto ano, que precisam retomar imediatamente o semestre letivo, para que possam fazer as provas de residência médica. Foram inúmeras as tentativas.

Destaco a participação do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que, conosco, assinou o documento. Temos aqui várias assinaturas. Esse documento possibilitará a realização de mais uma audiência em Montes Claros, mais uma reunião dos corpos discente e docente da Unimontes, para avaliar o estágio dos movimentos em Montes Claros.

Há uma angústia muito grande, uma sensação muito ruim na sociedade norte-mineira. Muitos alunos não sabem o que fazer, e muitos professores estão mantendo o movimento grevista em Montes Claros.

Farei a leitura desse importante documento, para que os senhores tomem conhecimento de seu teor. Isso nos possibilitará votar o projeto em 1º turno e, amanhã, em 2º turno, mas com o compromisso da base de sustentação do Governador Aécio Neves. Os Deputados que compõem as bancadas de oposição nesta Casa têm o compromisso de reabrir o diálogo para alguns pontos que são fundamentais para o bom andamento da Unimontes, a maior universidade estadual deste país. A leitura deste documento também dará conhecimento aos professores que estão assistindo ao desenrolar desta reunião. (- Lê:)

"Os Deputados que este assinam testemunham o entendimento entre os parlamentares desta Assembléia, incluindo Lideranças dos diferentes partidos, com os representantes do governo, em relação ao Projeto de Lei 2.461/2005, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das

Carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior, de que trata a Lei nº 15.463, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. O compromisso assumido assegura o propósito de manter abertas as negociações para exame de questões de interesse de todos os segmentos das comunidades acadêmicas das universidades estaduais (Uemg e Unimontes), incluindo a possibilidade de buscar celeridade no cadastramento e reposicionamento dos servidores, na forma prevista no citado projeto de lei. Plenário da Assembléia Legislativa, aos 6 de outubro de 2005".

Esta Casa tem a tradição de cumprir os seus acordos, e tentaremos encontrar uma solução. As reivindicações dos professores da Unimontes são justas, passíveis de serem analisadas. Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves, com os Deputados desta Casa, com as Lideranças maiores desta Casa, a partir de segunda-feira, analisaremos as determinações, as orientações e solicitações, para que possamos chegar a um denominador comum e voltar às atividades normais da Uemg e da Unimontes. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gil Pereira\* - Tenho uma boa notícia que acabamos de receber de Montes Claros: encerrou-se a greve da Unimontes.

Com esse documento, poderemos avançar mais ainda no entendimento de uma reivindicação justa, não só dos professores, mas dos técnicos daquela universidade.

Repito: tudo que foi feito pela nossa universidade Unimontes ainda é pouco. Ela é e continuará sendo a maior mola propulsora do desenvolvimento do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Noroeste mineiro.

Essa greve, que durou mais de 40 dias, trouxe um prejuízo muito grande para a nossa universidade, para os alunos, professores e familiares. Graças a Deus, acabamos de ter um entendimento que culminou com o encerramento da greve.

O nosso Governador Aécio Neves e o Prof. Anastasia, que foi uma das pessoas que construiu a universidade quando estava aqui na Assembléia, na época da Constituição Estadual - e o fez muito bem - em 1989, foram peças importantes. O Prof. Anastasia, ajustando as dificuldades do Estado, colocou um "plus" em relação aos outros segmentos do Estado. Queremos, então, agradecer-lhe. Espero que ele continue assim. Estivemos com ele e com os Vereadores de Montes Claros em reunião. Mostrou-nos que tem um carinho especial pela universidade, da mesma forma que o Governador Aécio o tem. Ela, realmente, receberá mais recursos.

Esse é um documento importante. Tenho dito aos alunos, aos movimentos grevistas sobre a importância da nossa universidade.

Aproveito para aplaudir os que estão reivindicando por aquela instituição. Todas as sugestões são válidas, a fim de que possamos levar mais recursos para lá, e que não seja somente para o Norte de Minas, mas também para toda Minas Gerais.

Parabenizo todos os Deputados. Agradeço à Deputada Jô Moraes e ao Deputado André Quintão por terem feito um trabalho, durante o dia, conosco e com o nosso Líder maior e do Governador Aécio Neves, Alberto Pinto Coelho, para conseguir esse entendimento. A greve acabou. Os professores e funcionários poderão receber o salário no próximo mês. Avançaremos mais.

O salário, volto a dizer, estava defasado e está, pois, há 10 anos, os professores não recebiam nenhum tipo de recomposição salarial. Agora, a nossa universidade começa a ter. Uma parte a mais está garantida para o ano que vem. Não tenho dúvida de que o Governador Aécio Neves avançará muito mais nessa questão, pelo fato de ter um carinho muito grande por ela e saber que, para ter equidade no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e no Noroeste, precisa enviar mais recursos para lá.

Fazemos uma solicitação não só ao governo do Estado, mas também ao governo federal para que nos ajudem. Por meio de emendas parlamentares, solicitamos aos senhores Deputados Federais e Senadores da República que continuem nos ajudando, como já o vêm fazendo. Cito alguns, como os Deputados Clêuber Carneiro, Márcio Reinaldo, Fernando Diniz, Virgílio Guimarães e Saraiva Felipe. Muitos já nos ajudam.

Queremos, então, mais apoio vindo de Brasília. Não tenho dúvida de que cada um aqui sabe da importância dessa universidade.

Agradeço à Assembléia e às nossas lideranças. Não tenho dúvida de que o Governador, ao ir a Montes Claros, levará, em breve, notícias boas para aquela instituição, que temos que louvar, pois é reconhecida em Minas Gerais e no Brasil.

Por fim, parabenizo o Reitor, a Vice-Reitora, todo o corpo docente da nossa universidade e os alunos, que são os propulsores do desenvolvimento de nossa região. Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Genaro\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de me dirigir especialmente aos telespectadores, aos senhores que, pelo Estado de Minas afora, acompanham os trabalhos da Assembléia Legislativa, e que não sabem exatamente o que acontece aqui, na Assembléia Legislativa. Estamos aqui desde ontem ou anteontem. Podem perguntar a qualquer Deputado se, com meus quase 18 anos de Assembléia, vim aqui algum dia defender bobagem ou fazer um discurso sem sentido.

Gostaria de me dirigir às classes da saúde e da educação. Os senhores que pleiteiam melhorar seu salário não estão devidamente representados aqui. Dirijo-me a todas as classes que neste governo precisam melhorar. Esta Casa parece um circo cheio de palhaços. Não estou dizendo que os Deputados são palhaços, mas que um pequeno grupo interessado monta um espetáculo deprimente. No gabinete, vemos de um jeito. Trouxe uma pessoa do gabinete que me disse para vir até aqui embaixo a fim de ver como é. Conversando com alguns Deputados disse: "Será que sou louco ou o que está acontecendo é real?" É sempre o mesmo grupo de indivíduos que ocupa as galerias para a saúde, para a educação ou para qualquer outra coisa. E esse grupo não ajuda em nada. Se algum Deputado acha que terá algum proveito político, está enganado. As classes que reivindicam deveriam mandar gente séria, mas para chegar antes do grupo que se interessa em encher as galerias. Ontem havia um cidadão na galeria gritando. Penso que, quando ele nasceu, Deus não lhe deu boca, mas sim uma corneta. Que voz estridente! E assim continua a filosofia: quanto pior, melhor.

Digo aos senhores telespectadores que muito se enganam pensando que o que está acontecendo aqui é uma representatividade das classes da educação e da saúde. Elas não estão sendo representadas, pois vêm aqui uns baderneiros representar o pessoal da saúde e da educação, o que pega muito mal. Acredito que essas classes têm gente competente para vir aqui fazer "lobby". Isso é um absurdo. Sabem por que saíram todos agora? Porque têm um maestro. Quando o maestro abaixa a batuta, cantam; quando o maestro dispensa, vão embora. Todas as classes que querem prosperar, ser defendidas, fazer um "lobby", mandam gente decente, competente, que realmente representa a classe. Quando falo circo, é uma verdade, pois armam um circo aqui pensando que somos palhaços. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Deputados e amigos, logo no início da legislatura, eu e um ex-Vereador de Sete Lagoas chamado Reginaldo comparecemos a Montes Claros e visitamos a Unimontes, visando à implantação de um "campus" em minha cidade. Infelizmente, não conseguimos nada. Fomos atendidos pela Vice-Reitora, mas precisaríamos de apoio da Prefeitura local.

Ouvindo as notícias alvissareiras a respeito da Unimontes, tenho a declarar que, neste exato momento, já existem estudos sérios para que, enfim, ocorra a implantação desse "campus" na minha cidade. Com prazer, vejo a greve já encerrada, pois não teria a menor graça em se instalar um "campus" tendo em vista a paralisação da faculdade. Portanto, anuncio que realmente estamos muito satisfeitos com o que vemos nesta Casa hoje: o encerramento da greve e o projeto caminhando, para dizermos a Sete Lagoas que, em breve, ali será instalado o "campus". De acordo com o que conversei com o Prefeito, em fevereiro próximo, será realizado vestibular em nossa cidade para vários cursos. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, queremos comemorar a possibilidade de estarmos aqui, após essa discussão, aprovando mais uma tabela de vencimento. Apesar de todas as manifestações que ouvimos, temos um governo que enfrentou uma situação em que os servidores não tinham nenhuma perspectiva e organização; não tinham um plano de carreira.

Como gestor de uma das áreas importantes do governo, senti as dificuldades que enfrentou, com muita coragem, cortando na própria carne, de início, 20% e, depois, mais 10%. O governo conseguiu equilibrar-se e, a partir de agora, com grande contribuição e participação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do conjunto das lideranças dos servidores, iniciará a votação de tabelas importantes depois de discutir e aprovar o plano de cargos e de carreiras dos servidores do Estado de Minas Gerais.

Portanto, apesar de todo o barulho e de toda a discussão, temos que comemorar a possibilidade de, a partir de agora, os servidores do Estado terem uma estrutura, uma base, para a discussão dos futuros aumentos que esperamos. Sem dúvida, virão. Os servidores poderão conhecer as possibilidades de crescimento em sua carreira.

Parabenizo todo o trabalho da base do Governador Aécio nesta Casa, os servidores da Assembléia Legislativa e a Oposição pela contribuição, e os líderes dos servidores, pela participação na discussão. Sem dúvida, precisamos reconhecer que, no governo Aécio Neves, temos um novo momento em Minas Gerais; temos o reconhecimento da importância dos servidores, que, como já disse, passam a conhecer sua progressão na carreira e a ter uma tabela salarial.

Nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tive a oportunidade, da tribuna, de realmente dizer algo que todos esperamos ouvir. Sei que muitos companheiros têm falado sobre o novo pacto federativo, tão importante para este Estado, que tanto contribui para o País.

Informei os números nesta tarde. Até agosto foram R\$32.000.000.000,00 arrecadados pelo governo federal em Minas Gerais e, neste ano, deverão ser arrecadados R\$50.000.000.000,00. Lamentavelmente, os recursos que voltam a Minas Gerais são ínfimos se comparados àqueles arrecadados pelo governo federal neste Estado. Poderia citar que não vieram os recursos da segurança pública, e o nosso Estado está sobrecarregado com o cuidado com a guarda de presos que cometeram crime federal. Então, temos a expectativa de um novo pacto federativo, e esperamos que Minas Gerais receba os recursos de direito e da desoneração da exportação, pois é um Estado exportador, que contribui com o País, hoje também exportador. Entretanto, é fundamental que volte para Minas Gerais o que foi desonerado em relação à exportação. Os nossos minérios estão indo embora, e temos que receber a contrapartida do governo federal. Esperamos a presença do governo federal, não com recursos federais, mas com recursos que pertencem ao contribuinte e à população deste Estado.

Encerrando, esperamos também que a arrecadação cresça para que a Assembléia Legislativa e o governo do Estado acompanhem, além da progressão da carreira e o aumento salarial dos servidores públicos a partir especialmente destes dois pontos: aumento da arrecadação e um novo pacto federativo, de que Minas Gerais não pode abrir mão. Não é possível convivermos mais com parte da grande quantidade de contribuições não repassada aos Estados, com a desoneração das exportações, com um Estado exportador da força do nosso, sem receber essas contribuições. Precisam-se fornecer condições para que o Governador Aécio Neves dê o aumento aguardado pelos servidores.

É esse o nosso encaminhamento, comemorando mais um projeto, já em 1º turno, que trata das tabelas de vencimentos dos servidores do Grupo de Atividades de Educação Superior. Obrigada, Sr. Presidente.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Antes de me referir especificamente ao projeto, gostaria de falar publicamente nesta Casa sobre a cerimônia de que participamos hoje no palácio do Governador. Estavam presentes o Presidente Lula, vários Prefeitos e inúmeras Lideranças de deputados federais e estaduais quando foi oficialmente comunicado que chegaram a Minas Gerais recursos da ordem de R\$30.000.000,00 para manter o Hospital de Venda Nova. Como contrapartida, o governo do Estado contribuirá com R\$10.000.000,00. Para o Cardiominas, virão R\$12.000.000,00, além de inúmeras Prefeituras representadas nesse ato receberem recursos do governo federal. Então, estamos num momento em que podemos ter de fato seriedade, expondo os fatos e defendendo, em primeiro lugar, o nosso país, o nosso povo e o nosso projeto de soberania.

Sobre o Projeto de Lei nº 2.461/2005, do ensino superior, registramos que os representantes da Uemg e da Unimontes estiveram presentes várias vezes no processo de construção. Infelizmente, sabemos que um projeto de uma universidade do Estado está muito longe de ser contemplado.

Queremos que haja um investimento muito maior no ensino superior de Minas Gerais, mas votaremos favoravelmente a esse projeto para dar oportunidade aos nossos representantes do ensino superior de continuarem reivindicando seus direitos, com melhores salários e condições dignas de trabalho.

Discordamos radicalmente do Deputado Antônio Genaro, quando desqualifica a presença dos servidores nesta Casa. A Assembléia de Minas tem dado um exemplo de abertura para todo o País, por meio de suas comissões temáticas e da Comissão de Participação Popular, com espaço aberto para que as categorias e os movimentos sociais organizados se manifestem. A presença dos servidores da educação e da saúde nesta Casa serve para mostrar à sociedade mineira que aqui há exercício de democracia.

Manifestamos nosso respeito a esses servidores e reconhecemos o papel importante que têm nesse projeto. Acreditamos que só haverá avanço com controle social, com o movimento social organizado, com participação popular. Quem discorda disso tem outro tipo de projeto. Não podemos aceitar isso, e queremos demonstrar, de público, nosso respeito, nossa crença e o compromisso do Bloco PT-PCdoB, todos presentes nessa longa vigília de votação. Não podemos aceitar, pois quem cala consente. Não nos podemos calar diante dessa manifestação contrária à participação popular e à manifestação dos servidores. Logicamente, ontem houve um incidente, mas foi uma questão pontual com a qual também não concordamos. Porém foi algo muito restrito diante da grandeza e da importância da participação dos servidores que estão lutando por seus verdadeiros direitos. Obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado André Quintão - Estamos analisando as emendas ao Projeto de Lei nº 2.461/2005, e faremos um encaminhamento geral em relação à posição do Bloco PT-PCdoB sobre essa tabela salarial. Assim como fizemos com a tabela da educação básica e da saúde, também procedemos, de maneira conjunta, com os servidores, representantes da Uemg e da Unimontes, na discussão do conteúdo da educação superior. Tivemos, e ainda temos, uma compreensão de que é fundamental para um Estado como Minas Gerais ter universidades públicas, principalmente em regiões onde possam fomentar o desenvolvimento econômico e social, com formação de quadros bem preparados, que reproduzirão sua formação na gestão pública municipal em outros níveis de governo ou na própria rede de educação pública ou privada.

É fundamental, para nós, do Bloco PT-PCdoB, realizar o melhor na votação das tabelas de ensino superior. Fizemos várias reuniões e, no caso da Unimontes, com a presença de Deputados do Norte de Minas. Firmamos o compromisso de discutir o projeto enquanto não houvesse acordo e posicionamento em relação à greve da Unimontes.

Farei a leitura de uma carta do Prof. Éltton José de Lourdes, do comando de greve, encaminhada ao Bloco PT-PCdoB, na pessoa da Deputada Jô Moraes e também dirigida a todos os Deputados e Deputadas desta Casa. (- Lê:) "Caros senhores, com os votos da nossa mais alta estima e consideração, nós, do comando da greve dos professores da Unimontes, vimos comunicá-los da nossa decisão de não obstruir a votação do Projeto de Lei nº 2.461/2005. No entanto, nosso legítimo movimento entende que, além de liberá-los da votação, não retiramos as emendas ali propostas. Com os nossos cordiais abraços, despedimo-nos, na certeza de que estaremos nos encontrando para prosseguir nas negociações justas e necessárias, o mais breve possível".

Diante desse posicionamento e também com a compreensão de que não podemos comprometer o pagamento dos benefícios das tabelas, ainda que restritos - seja da saúde, educação ou educação superior -, não faremos obstrução. Estaremos aqui, como estamos, para a votação e seguindo o nosso compromisso também com a Unimontes, que era de apresentar as emendas, de defendê-las, sem obstruir.

A Emenda nº 7, que está em discussão, criará mais um nível. Teremos sete níveis, mas o ingresso nesses níveis para quem tem mestrado e doutorado foi objeto de muita discussão. Dessa forma, apresentamos uma subemenda à Emenda nº 14, que diz o seguinte: "O ingresso em cargo da carreira de Professor da Educação Superior ocorrerá nos níveis mencionados a seguir e depende da comprovação de habilitação mínima em: nível superior acumulado com pós-graduação 'lato sensu', conforme edital do concurso público, para ingresso no Nível I; nível superior acumulado com pós-graduação 'strictum sensu', conforme edital do concurso público, para ingresso no Nível IV; e nível superior acumulado com doutorado, conforme edital do concurso público, para ingresso no Nível VI".

Votaremos a favor da Emenda nº 7, mas, na próxima parte da votação, faremos o destaque da nossa Emenda nº 14, exatamente a que permite o ingresso nos Níveis I, IV e VI, e não nos Níveis I, III e V, beneficiando quem tem mestrado, doutorado e vai ingressar na Unimontes.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de reiterar também que esse documento, assinado por vários Deputados da base de governo, do Norte, das lideranças da Oposição, foi muito importante, garantindo "o propósito de manter abertas as negociações para exame das questões de interesse de todos os segmentos das comunidades acadêmicas das universidades estaduais, Uemg e Unimontes, incluindo a possibilidade de buscar celeridade no cadastramento e reposicionamento dos servidores, na forma prevista pelo citado projeto de lei".

Ficaremos atentos e vigilantes para que essa negociação, de fato, prossiga, e a Unimontes e a Uemg cumpram o papel relevante de desenvolvimento social, econômico e de formação pública superior no Estado de Minas Gerais.

Votaremos a favor das emendas, mas, na próxima votação, faremos destaque à Emenda nº 14. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, gostaria de dizer que ficamos tristes por ver um Estado que não valoriza os servidores, a pesquisa, a educação de forma geral. Faço críticas não apenas ao atual governo, mas também aos governos anteriores do Estado, que, infelizmente, não priorizaram investimentos maiores no ensino superior.

Quero destacar, de forma muito clara, que, em relação à Uemg e à Unimontes, houve alguns avanços, mas poucos, diante do que é necessário.

O Governador Aécio Neves, durante sua campanha, prometeu a descentralização da Uemg, com "campi" avançados em todas as regiões do Estado. Ou seja, seria uma Uemg no Triângulo Mineiro, para atender a população, os estudantes; uma Uemg gratuita e de qualidade na Zona da Mata - o Deputado Biel Rocha está aqui -; uma no Sul de Minas; uma Uemg gratuita em Belo Horizonte, disponibilizando vários cursos de qualidade; enfim, uma Uemg em várias outras regiões, a exemplo do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Essa foi a promessa do Governador, ou seja, a descentralização da Uemg com "campi" avançados.

Infelizmente, não é o que está acontecendo. Estamos assistindo a greves de servidores da Uemg e da Unimontes, que foram obrigados a paralisar para cobrar o compromisso do Governador, exigir uma valorização. É assim que encaminhamos o Projeto nº 2.461, que, na nossa opinião, é muito tímido. Destacamos uma emenda e esperamos que os Deputados da base do governo votem favoravelmente, a fim de garantirmos dignidade aos servidores da Uemg.

Deixamos claro, durante todo o período em que discutíamos os planos de cargos e carreira dos servidores, que o Estado tem muito dinheiro, já que aumentou as verbas de publicidade para R\$65.000.000,00. Possui dinheiro de sobra. Só os contratos com o BID somam mais de R\$1.000.000.000,00, cujo pagamento começa a ser feito em 2010. Durante o governo Aécio o aumento de ICMS foi de mais de 38%. Então, há dinheiro. O Governador falou que o Estado de Minas está crescendo de vento em popa.

Ele anunciou o déficit zero. Se tudo o que ele falou é verdade - e ele falou que vincularia o aumento dos servidores ao aumento da arrecadação -, por que não garantir um aumento significativo aos professores e servidores da Uemg e da Unimontes?

Fica aqui o nosso encaminhamento. Esperamos que o Governador se sensibilize. Na nossa opinião, os servidores estão de parabéns, pois enfrentaram muitas dificuldades. Paralisaram, continuaram firmes. Na minha avaliação, o Projeto nº 2.461 não inclui as vantagens e os direitos dos servidores da Uemg e da Unimontes. Trata-se, como já disse, de um projeto muito tímido. Infelizmente, o Governador não teve sensibilidade para apresentar um projeto a esta Casa, de forma a garantir, plenamente, os direitos dos servidores.

Solicito a todos os Deputados da base do governo a sensibilidade de votar na emenda destacada.

A Deputada Elisa Costa - Serei breve, Sr. Presidente. Apenas registro a discussão e a reflexão. Quando os professores, os educadores da Unimontes se manifestam por meio da greve - agora, a greve já está terminando -, é porque precisamos refletir sobre o comprometimento do Estado com a expansão, com a qualidade do ensino público gratuito.

Sabemos que há, hoje, uma iniciativa do governo federal visando expandir as universidades federais. No dia em que foi realizado o Fórum Técnico do Ensino Superior, fiz uma proposta. De fato, tem de haver integração entre o ensino público federal e o estadual de Minas Gerais, descentralizando-o para as regiões mais empobrecidas, onde há necessidade de atendimento. É preciso haver democratização do ensino; é preciso que a pesquisa, o saber e o conhecimento cheguem a todas as regiões do Estado. Então, como já disse, é necessário integrar o ensino público federal e o estadual.

A Unimontes está avançando e, cada vez mais, precisa de recursos, da iniciação à pesquisa científica e de novas tecnologias para descentralizar seus "campi". Recentemente, visitei Pirapora, onde se iniciou um "campus" avançado da Unimontes, além de Montes Claros. Está estendendo sua atuação também para outras regiões. Ou seja, está contribuindo com as regiões mais empobrecidas, levando a elas saber e, principalmente, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentável.

A reflexão que eles nos trazem é para chamar a atenção do governo do Estado acerca da importância da Unimontes, para que represente o rosto e a reflexão de Minas. Outros Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, já possuem suas universidades estaduais, e Minas Gerais merece ter uma universidade que atenda às expectativas da nossa juventude e do crescimento de Minas. É importante que avancemos.

Apresentamos uma emenda, que não foi contemplada, mas continuamos o debate sobre o papel dos educadores universitários do ensino público no Estado. Os servidores da saúde são protagonistas de sua própria história. Possuem uma história de luta e vivência, de longos anos, no movimento sindical. Pensam por si sós. Pensam por sua construção histórica. São cidadãos que possuem consciência crítica e participam da organização da sociedade e da construção de um país cidadão.

Eles não estão aqui à mercê de uma ou duas pessoas. São lideranças construídas da base, da luta popular, construídas por sua própria condição de trabalhadores da saúde. É um desrespeito afirmar que eles estão à mercê de uma ou duas lideranças. Estão aqui a serviço da causa em que acreditam e que defendem, ou seja, a melhoria da qualidade da saúde, principalmente da saúde pública no Estado, bem como a melhoria de seu salário e sua carreira. Eles são dignos do que fizeram aqui, e isso é democrático.

Não dá para ter uma posição autoritária, ditatorial, impedindo que eles se manifestem. Aqui, há muitos servidores que não estão ligados a nenhuma base social, política ou mesmo partidária. Estão aqui pela construção de seu projeto, do movimento sindical organizado, lutando por direitos e por condições de trabalho de sua própria categoria. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vivemos, nesta tarde, um momento importante da aprovação da tabela salarial que possibilitará reajustes para os servidores da saúde. Na tarde de ontem, aprovamos a tabela salarial que possibilitará reajustes para os servidores da educação básica. Temos a possibilidade de aprovar uma tabela para os servidores que cuidam da educação de nível superior.

Quando nos sentamos para discutir as questões salariais, devemos reconhecer que ainda temos de lutar muito para obtermos todas as conquistas. É preciso que se faça justiça, pois a tabela salarial ficou defasada por muito tempo.

Por outro lado, há de se reconhecer um governo que veio com seriedade, com disposição de organizar a casa e de oferecer aos servidores do Estado o máximo que foi possível. Trabalhamos em todos esses projetos para ajudar o Governador Aécio Neves e os Secretários de Estado a aperfeiçoar o projeto e ampliar algumas melhorias. E conseguimos.

Em todos os momentos, nós, Deputados da base do governo, tivemos abertura de diálogo com a Oposição e com as lideranças sindicais. Realizamos audiências públicas, fomos ao gabinete do Secretário Anastasia com as lideranças sindicais e seguramos o projeto. Em alguns momentos, nós, da base do governo, na Comissão de Fiscalização Financeira, que presido, seguramos o projeto para aprofundar a negociação e conseguimos melhorar até o limite máximo possível.

Chegou o momento em que verificamos que era importante votar, pois não adianta ficar negociando de forma indeterminada e correr o risco de terminar o ano legislativo sem fazer aquilo que, ao longo de uma década, não se fez: dar aumento aos servidores.

Então, cumprimos o nosso dever. Se, em algum momento, destacamos que havia atitude antidemocrática de um grupo que queria barrar a votação, que queria impedir a votação - o que equivale a dizer que não queriam que os servidores recebessem aumento -, foi porque chegaram a dizer que não queriam votação, que não queriam aumento. Entretanto, com muita clareza, podemos dizer: há pessoas que estão confundindo as coisas; que estão querendo apostar no quanto pior melhor; que estão fazendo o seguinte raciocínio: impedir a votação da tabela, não deixar dar aumento aos servidores para desgastar a imagem do Governador Aécio Neves, que está indo bem.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/10/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Doutor Ronaldo

exonerando, a partir de 13/10/2005, Aloizio Fonsêca do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 13/10/2005, Hércules Túlio Fonseca do Nascimento do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Aloizio Fonsêca para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Hércules Túlio Fonseca do Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

nomeando Milton Maurício Martins para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando, a partir de 13/10/2005, Gilberto Gonçalves Quintão do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 13/10/2005, Gislaine Ribeiro Costa do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Gilberto Gonçalves Quintão para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 4 horas;

nomeando Gislaine Ribeiro Costa para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Sheila Dias Ramos de Faria para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Irene Oliveira Peixoto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Adolfo José dos Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.